



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

Registro: 2024.0000514838

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 102271896.2022.8.26.0003, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes ----- e -----, é apelado TAM LINHAS AEREAS S/A (LATAM AIRLINES BRASIL).

ACORDAM, em 18ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Em julgamento estendido, por maioria de votos, deram parcial provimento ao recurso, vencidos o 3º e 4º, que negavam provimento. Declara o 3º.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ISRAEL GÓES DOS ANJOS (Presidente), HENRIQUE RODRIGUERO CLAVISIO, HELIO FARIA E ERNANI DESCO FILHO.

São Paulo, 11 de junho de 2024.

SERGIO GOMES

RELATOR

Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO 1022718-96.2022.8.26.0003

ORIGEM: SÃO PAULO

APELANTES: ----- E -----

APELADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A

VOTO 53169

APELAÇÃO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - MORTE DE ANIMAL DE ESTIMAÇÃO DURANTE TRANSPORTE AÉREO - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA - IRRESIGNAÇÃO EXCLUSIVA DOS AUTORES.

1. CASO CONCRETO - Autores viajaram de Aracaju a São Paulo com seu cachorro de estimação, que foi acondicionado em uma caixa de acrílico e transportado no bagageiro no mesmo voo dos tutores, realizado pela requerida



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

- Ao se dirigirem ao aeroporto para o voo de retorno a Aracaju, lhes foi informado pelos funcionários da companhia aérea que o animal não poderia ser transportado na mesma aeronave, sendo obrigatório seu transporte em outro voo, como “carga viva”, em caixa com dimensões menores e feita de madeira - Animal foi obrigado a permanecer por mais de quatro horas no compartimento indicado pela companhia aérea, antes mesmo do voo, que teve duração de cerca de 2h30 - Chegando ao destino, constatou-se o óbito - Condenação da companhia aérea requerida ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 5.000,00 para cada autor (no total de R\$ 10.000,00) e ao ressarcimento dos danos materiais na monta de R\$ 2.097,36.

2. **RESPONSABILIDADE** - Incontroversa a falha na prestação do serviço - Obrigação de resultado não cumprida - Companhia aérea que, ao obrigar um acondicionamento inadequado e precário do “pet” em seu voo, causou-lhe estresse tal que o animal foi a óbito, tendo inclusive tentado se libertar da pequena caixa em que se encontrava preso, destruindo-a parcialmente antes de morrer, consoante registrado por fotografias - “Culpa in vigilando” - Descumprimento do contrato de transporte de coisas e das obrigações a ele inerentes (artigos 730, 749 e 750 do Código Civil e artigo 15, § 2º, da Resolução 400 da ANAC) - Dever de indenizar (artigos 186 e 927 do Código Civil).

3. **DANO MORAL** - Única matéria devolvida no recurso - Superlativo abalo psicológico sofrido pelos autores em razão do ilícito civil praticado pela fornecedora, de quem esperavam expertise e responsabilidade nos cuidados com a carga viva que se dispôs a transportar - Conduta da companhia aérea de impor unilateralmente determinado compartimento de transporte para que o “pet” fosse transportado, diferentemente de situações anteriores, foi fator determinante para o resultado morte - Verdadeira frustração das legítimas expectativas dos autores com a celebração do contrato de transporte - Perda de um animal de estimação que, pelas regras gerais de experiência (inciso VIII do artigo 6º do CDC), se afigura irreparável - Companhia aérea ainda forneceu informações desencontradas e evasivas, além de impedir que os autores e uma veterinária particular

2

acompanhassem o exame de necropsia - “Quantum” indenizatório fixado em primeiro grau no total de R\$ 10.000,00 - Pedido de majoração - Parcial acolhimento - Peculiaridades do caso concreto - Elevado grau de culpa da companhia aérea e intensa dor emocional sofrida pelos requerentes - Condenação majorada para R\$ 15.000,00 para cada autor, totalizando R\$ 30.000,00 - Princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Cuida-se de apelação interposta por ----- e -----
 ----- contra a r. sentença proferida às fls. 195/199 dos autos da ação indenizatória, na qual foi dada parcial procedência à demanda para condenar a **TAM LINHAS AÉREAS S/A** ao pagamento do importe total de R\$ 10.000,00 a título de danos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

morais e R\$ 2.097,36 em razão de danos materiais por prestação de serviço defeituoso, além do ônus da sucumbência.

Aduzem os autores que o valor da indenização por danos morais foi fixado em patamar irrisório dadas as peculiaridades do caso concreto, notadamente o grau de culpa da requerida e o imensurável abalo emocional que sofreram em razão da morte do seu cachorro de estimação durante o transporte contratado; o importe de R\$ 10.000,00 seria insuficiente para ensejar a justa reparação dos prejuízos sofridos por ambos os requerentes; o d. Juízo se olvidou de que a companhia aérea impôs uma forma de transporte e não garantiu a integridade da carga, causando o falecimento do “pet”, também se esquecendo de que os autores foram impedidos até mesmo de acompanhar a necropsia do corpo do animal; entendem ser devida a majoração do “quantum” indenizatório para o patamar postulado na inicial (R\$ 25.000,00 em favor de cada passageiro) ou, subsidiariamente, R\$ 15.000,00 para cada.

Recurso tempestivo, preparado e contrarrazoado.

Ambas as partes manifestaram oposição ao julgamento virtual.

É O RELATÓRIO.

Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais proposta em decorrência de óbito de animal de estimação durante transporte aéreo fornecido pela companhia aérea requerida.

3

A narrativa fática e a existência do dano moral são matérias incontroversas, verificando-se que a companhia aérea se conformou com a condenação imposta na r. sentença.

Nesta sede recursal, discute-se apenas o valor da indenização fixada em primeiro grau, considerado, pelos autores, insuficiente para reparar todo o prejuízo extrapatrimonial sofrido.

E, atentando-se às razões recursais e às peculiaridades do caso



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

concreto, é possível concluir, com todas as vênias, que a r. sentença recorrida comporta parcial reforma.

Apenas de modo a contextualizar o complexo caso, vale destacar que os autores viajaram de Aracaju a São Paulo com seu cachorro de estimação, que na oportunidade foi acondicionado em uma caixa de acrílico e transportado no bagageiro no mesmo voo dos tutores, também realizado pela requerida.

Contudo, ao se dirigirem ao aeroporto para o voo de retorno de São Paulo a Aracaju, lhes foi informado pelos funcionários da companhia aérea que o animal não poderia ser transportado no mesmo voo, nem da mesma maneira que no trecho anterior, sendo obrigatório seu transporte como carga viva, em uma caixa com dimensões menores, feita de madeira, sob a responsabilidade da “Latam Cargo”.

Sucedeu que o animal foi obrigado a permanecer por mais de quatro horas trancado no compartimento indicado pela companhia aérea, antes mesmo do voo, que teve duração de cerca de duas horas e meia; e, chegando ao destino contratado (Aracaju), mais de seis horas após ser colocado na caixa de transporte, infelizmente se constatou o óbito do animal.

A responsabilidade da requerida é, como vista, inconteste, pois não cumpriu a obrigação de resultado para a qual foi contratada e, ao obrigar um acondicionamento inadequado e precário do “pet” em seu voo (de forma diferente do procedimento até então adotado, inclusive no primeiro voo dos autores), causou-lhe estresse tal que o animal foi a óbito, após passar horas tentando se libertar da pequena

4

caixa em que se encontrava preso, consoante registrado pelas fotografias de fls. 9.

De se notar que, consoante comprovado pelos autores, após o ocorrido a companhia aérea chegou a suspender nacionalmente o transporte de animais em seus voos, conforme amplamente noticiado por agências de notícias (fls. 9).

Assim, consoante bem reconhecido em primeiro grau, houve efetivo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

descumprimento da legislação atinente aos contratos de transporte de coisas e suas obrigações inerentes, merecendo menção os artigos 730, 749 e 750 do Código Civil e artigo 15, § 2º, da Resolução 400 da ANAC:

Art. 730, CC. Pelo contrato de transporte alguém se obriga, mediante retribuição, a transportar, de um lugar para outro, pessoas ou coisas.

Art. 749, CC. O transportador conduzirá a coisa ao seu destino, **tomando todas as cautelas necessárias para mantê-la em bom estado e entregá-la no prazo ajustado ou previsto.**

Art. 750, CC. A responsabilidade do transportador, limitada ao valor constante do conhecimento, começa **no momento em que ele, ou seus prepostos, recebem a coisa; termina quando é entregue ao destinatário**, ou depositada em juízo, se aquele não for encontrado.

Art. 15, Res. 400/ANAC. O transportador deverá informar aos usuários quais bagagens serão submetidas a procedimentos especiais de despacho, em razão de suas condições de manuseio ou de suas dimensões. (...)

§ 2º O transporte de carga e de animais deverá observar regime de contratação e procedimento de despacho próprios.

Diante desse contexto e não havendo impugnação da companhia aérea contra sua condenação, é incontroverso que sua falha na prestação do serviço configurou “culpa in vigilando” e ilícito contratual, acarretando aos autores danos de natureza patrimonial e extrapatrimonial, sendo inafastável a obrigação de repará-los, nos exatos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil.

Ressalta-se, em tempo, não haver discussão sobre o “quantum” indenizatório do dano material (R\$ 2.097,36, corrigido monetariamente desde o desembolso e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação).

5

O que buscam os autores, consoante já detalhado, é a majoração da indenização por danos morais, por eles considerada irrisória diante do sofrimento que experimentaram.

De fato, não se pode ignorar que os percalços vivenciados pelos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

consumidores exasperaram sobremaneira o dissabor cotidiano, importando não apenas em frustração de suas legítimas expectativas ao contratarem o transporte junto à requerida (nela confiando os cuidados de seu estimado “pet”), mas em dor psicológica de imensuráveis proporções, pois a falha na prestação de serviço pela requerida causou a morte de um animal que, como visto nas dezenas de fotografias reproduzidas às fls. 3/7, recebia todo o carinho e atenção do núcleo familiar que o acolheu desde o nascimento.

Inegáveis, portanto, os sentimentos deletérios e prolongados suportados pelos autores (tristeza, impotência, descaso, revolta) em razão da perda do animal, notadamente de uma forma tão trágica (sufocando-se ao tentar escapar da caixa apertada em que foi colocado), um abalo que merece reparação justa e compatível com a gravidade da conduta, a extensão do dano e os efeitos do fato, tanto imediatos quanto no curso do tempo.

Frise-se que se trata de uma morte que poderia facilmente ter sido evitada caso a companhia desse a atenção devida à situação dos autores, permitindo-lhes retornar com o cão para Recife da mesma forma como o trouxeram a São Paulo em outro voo gerido pela mesma empresa (em uma caixa de acrílico, maior e mais arejada), não tendo a requerida apresentado qualquer justificativa plausível para que tal possibilidade lhes tivesse sido obstada no fatídico dia 14/10/2021.

Não se pode, ademais, ignorar que os fatos ocorreram no dia do aniversário do autor e quando se encontrava grávida a coautora – o que decerto intensificou o dano psicológico – e que as informações que os autores receberam na chegada a Recife foram desencontradas e evasivas, sendo certo que, após terem tomado ciência do que havia realmente ocorrido, ainda foram impedidos de acompanhar a abertura da caixa e o exame de necropsia feito no corpo do animal.

6

Vale ressaltar que, consoante demonstrado na inicial e não impugnado, a companhia aérea, após o ocorrido, chegou a suspender nacionalmente o transporte de animais, conforme amplamente noticiado por agências de notícias (fls. 10).

Assim, respeitado o entendimento do d. Juízo “a quo”, tem-se que a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

indenização fixada em primeiro grau não concretizou efetiva justiça, comportando majoração – embora não para o patamar postulado (R\$ 50.000,00) que se afigura, com todas as vênias, exagerado.

No tocante ao “quantum” indenizatório, é cediço que o dano de natureza moral não pode ser recomposto de forma absoluta, já que é imensurável em termos de equivalência econômica. A indenização a ser concedida é apenas uma justa e necessária reparação em pecúnia, como forma de atenuar o padecimento sofrido.

Ante a inexistência de previsão legal para fixação do montante do dano moral, já ficou assentado:

“Indenização – Responsabilidade civil. Dano moral. Verba devida. Arbitramento. Juízo prudencial. Adequação à situação pessoal das partes. A indenização por dano moral é arbitrável mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o autor da ofensa. Deve, por isso, adequar-se à condição pessoal das partes, por que não sirva de fonte de enriquecimento da vítima, nem agrave, sem proveito, a obrigação do ofensor.” (JTJ-LEX 236/167)

No corpo do v. Acórdão mencionado, restou explicitado: “*O valor por arbitrar a título de reparação moral precisa ser eficaz para atender à sua dupla função jurídica, transparente à necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o autor da ofensa* (cf., da antiga 2ª Câmara Civil, Ap. 143.413-1, in RJTJESP 137/238-240)”.

Atentando-se a todos estes fatores, às peculiaridades do caso concreto – em especial o elevado grau de culpa da companhia aérea e o intenso sofrimento emocional e psicológico causado aos autores – e aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, afigura-se mais adequada ao caso concreto a quantia total de

7

R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo R\$ 15.000,00 para cada autor.

Tal montante, de fato, bem atende aos parâmetros de compensação à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

parte lesada e desestímulo à prática de condutas semelhantes pela requerida, sem causar enriquecimento ilícito da parte beneficiada e sem que se corra o risco de fomentar a indesejada indústria do dano moral.

Sobre o valor devem incidir correção monetária desde a fixação e juros de mora desde a citação, consoante já determinado em primeiro grau.

Em conclusão, reforma-se em parte o julgado para se ampliar a condenação da requerida, ficando mantido nos demais tópicos, inclusive no tocante à condenação no ônus da sucumbência, incluídos os honorários advocatícios de 15% do valor atualizado da condenação.

Frise-se, para se evitarem incidentes desnecessários, que não está o órgão julgador obrigado a tecer considerações acerca de toda a argumentação deduzida pelas partes, senão a decidir e dar os fundamentos adotados para chegar à solução encontrada.

Ademais, para acesso às instâncias extraordinárias é desnecessária expressa menção a todos os dispositivos legais deduzidos pelas partes. De todo modo, registra-se que é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que *“tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais bastando que a questão posta tenha sido decidida”* (ED em RMS nº 18205-SP, rel. Min. Felix Fischer, j. 18.04.2006).

Ante o exposto, dá-se parcial provimento ao recurso.

SERGIO GOMES
Relator